

Políticas sociais como sistemas simbólicos: regulações no campo das disputas sociais

Social policies as symbolic systems: regulations in the social disputes field

Idalice Ribeiro Silva Lima^{*}

Maria Vieira Silva^{**}

Úrsula Adelaide de Lélis^{***}

Resumo

As políticas sociais congregam o antagonismo de se apresentarem como consequência e como balizadoras das mazelas produzidas pelos contextos capitalistas neoliberais. Apoiando-se nas contribuições bourdieusianas, este texto defende que essas políticas se materializam na prática cotidiana alicerçadas em sistemas simbólicos para a dissimulação, manutenção e legitimação das hierarquias sociais, culturais e econômicas. Assim, grande parte das políticas sociais oriundas da esfera governamental apresenta mecanismos de controle e dispositivos que visam processos de classificação, hierarquização e distribuição dos bens produzidos na sociedade, apresentando as diferenças de poder como diferenças de competência, capacidade, mérito, sorte e conhecimento. Essa trama se processa de forma complexa, mediante mecanismos paradoxais de aceitação, negação, incorporação e legitimação do *status quo*. Neste movimento, produzem-se múltiplos mecanismos que estruturam percepções e adequam as ações dos indivíduos aos interesses da classe detentora do poder em suas diferentes manifestações.

Palavras-chave: Políticas sociais; sistema simbólico; campo.

Abstract

Social policies assemble the antagonism of presenting itself as a result and ointment to wounds produced by capitalist neoliberal contexts. Relying on bourdieusian contributions, this text argues that these policies are materialized in everyday practice grounded in symbolic systems for concealment, maintenance, and legitimation of social, cultural, and economic hierarchies. Thus, much of the social policies derived from government have control mechanisms and devices aimed at processes of classification, hierarchy, and distribution of goods produced in society, presenting the power differences as differences in competence, ability, merit, skill and luck. This plot takes place in a complex manner, through mechanisms of paradoxical acceptance, denial, incorporation, and legitimation of the status quo. In this movement, multiple mechanisms that shape perceptions and actions of individuals are produced suited to the interests of the holders of power in its various manifestations.

Keywords: Social policy; symbolic system; field.

^{*}Professora da Universidade Estadual de Montes Claros. Email: ursulalelis@ig.com.br

^{**}Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia – Minas Gerais, Brasil. Email: mvs@ufu.br

^{***}Professora da Universidade Federal do Triângulo Mineiro – Uberaba -Minas Gerais, Brasil. Email: idalice@yahoo.com

Políticas sociais como sistemas simbólicos: Regulações no campo das disputas sociais

O Estado brasileiro, especialmente a partir dos anos 1980, vem empreendendo políticas reformatórias para a adequação do seu formato às políticas neoliberais que modelam o desenho do seu modo de produção capitalista em voga. Com esse fim, as reformas têm implementado ações orientadas para a regulação da sociedade, produzindo um movimento de disputa de forças e interesses, no interior do espaço social.

Dentre as ações desenvolvidas, ganham relevo as que se localizam no âmbito das políticas sociais, dada a sua capacidade funcional de ajustar a sociedade aos modelos pensados para a adequação societária. Políticas, que na perspectiva boudieusiana, têm como objeto “todas as misérias do mundo”, o que as insere visceralmente aos contextos econômicos, sociais, políticos e culturais de onde nascem e se instauram.

Apresentadas como possibilidades de minimizar as “misérias sociais”, as políticas sociais carregam na sua essência contradições, já que tais misérias são fruto do mesmo ideário que pensa, organiza e oferta tais políticas. Para sustentar esses argumentos, este texto retoma os conceitos bourdeusianos de sistema simbólico e campo, tece algumas conjecturas e apresenta análises sobre como as políticas sociais se configuram como tal.

Temos como pressuposto que as políticas sociais se materializam na prática cotidiana alicerçadas em sistemas simbólicos para a dissimulação, manutenção e legitimação das hierarquias sociais, culturais e econômicas. Assim, grande parte das políticas sociais oriundas da esfera governamental apresenta mecanismos de controle e dispositivos que visam processos de classificação, hierarquização e distribuição dos bens produzidos na sociedade, apresentando as diferenças de poder como diferenças de competência, capacidade, mérito, sorte e conhecimento. Essa trama se processa de forma complexa, mediante mecanismos paradoxais de aceitação, negação, incorporação e legitimação do *status quo*. Neste movimento, produzem-se múltiplos mecanismos que estruturam percepções e adequ-

am as ações dos indivíduos aos interesses da classe detentora do poder em suas diferentes manifestações.

Bourdieu construiu um sistema teórico denso e vasto, ladeado de temas diversos, que vão desde a análise das relações gerais de dominação que se processam na sociedade mais ampla até temas com foco mais específico, tais como religião, mídia, alta costura, escola, dentre outros. Ele é considerado um dos teóricos mais originais do século XX e o cientista social mais citado do mundo. O trabalho desenvolvido por Bourdieu inaugurou um sólido intercâmbio com diferentes campos disciplinares, quais sejam: Sociologia, Antropologia, Filosofia, Lingüística, História, entre outros. Ao elaborar um sistema teórico de leitura das relações sociais, sua obra proporcionou expressivas contribuições à reflexão crítica das sociedades e dos diferentes espaços de dominação, cujos mecanismos estão dissimulados, trazendo à superfície tácitas estruturas de poder como também problematizou estruturas cristalizadas historicamente, desvendando suas formas de funcionamento.

Bourdieu assevera que a organização societal constitui campos de poder que têm um sentido ideológico e um sentido prático, e, nesses campos, há uma constante luta pelo poder. A noção de campo é um dos baluartes de sua obra, entendida como uma arquitetura social eivada de dominação e conflitos. Conforme veremos no decorrer deste texto, cada campo tem certa autonomia e possui estrutura e funcionamento próprios no quadro da hierarquia social. Compreender a lógica das novas paisagens sociais, sob a perspectiva de Bourdieu, possibilitará elucidar as configurações do *campo* das políticas públicas, apreendendo suas limitações, tensões e fissuras no âmbito da sociedade contemporânea.

Sistemas simbólicos e campo sob a ótica bourdieusiana

Bourdieu constrói o seu conceito sobre os sistemas simbólicos a partir da análise dos estudos empreendidos por Durkheim, Lévi-Strauss e Marx. Para aquele autor (1989; 2007b), os sistemas simbólicos são instrumentos de conhecimento e de comunicação, que exercem um poder estruturante porque são, em essência, estruturados. Eles são criados e mantidos com o objetivo de organizar as percep-

ções e as ações dos indivíduos, reproduzindo as diferenciações hierárquicas de poder e dominação social (Nogueira; Nogueira, 2009).

As funções desenvolvidas pelos sistemas simbólicos, na perspectiva bourdieusiana, estão para além do sentido meramente ideológico – “ilusão idealista” – constituindo-se como sistemas de percepção, pensamento e comunicação, e as suas produções “[...] participam da reprodução das estruturas de dominação social, porém, fazem-no de uma forma indireta e, à primeira vista, irreconhecível” (Nogueira; Nogueira, 2009: 31).

É importante salientar que, ao posicionar as funções dos sistemas simbólicos para além da função ideológica, Bourdieu (1989) não nega tal função aos mesmos – a qual designa de função política – apenas atribui-lhes também os sentidos da percepção, do pensamento e da comunicação, onde a ideologia encontra campo fértil para se reproduzir e materializar.

Bourdieu (1989) afirma que:

“o poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnosológica*: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo que Durkheim chama o *conformismo lógico*, quer dizer, “uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências” (grifos do autor). (p. 9)

Aliás, nesse posicionamento bourdesiano, o conhecimento, a comunicação e a ideologia estabelecem uma relação de complementariedade por tornarem “[...] possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração ‘lógica’ é a condição da integração ‘moral’” (Bourdieu, 1989: 10). Essa relação, para esse autor (1989), tem como propósito a naturalização e a universalização do que é particular e produzido culturalmente.

“As ideologias, [...], *servem [a] interesses particulares* que tendem a apresentar como *interesses universais, comuns ao conjunto do grupo*. A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e *distinguindo-os das outras classes*); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto à *desmobilização* (falsa consciência) das classes dominadas; para a *legitimação da ordem estabelecida por meio do estabe-*

lecimento das distinções (hierarquias) e para a *legitimação dessas distinções*. Esse efeito ideológico produ-lo a cultura dominante *dissimulando* a função de divisão na função de comunicação: a cultura que une (intermediário de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante” (Bourdieu, 1989: 10-11, grifos nossos).

Nesse caso, todas as relações de comunicação, muitas vezes forjadas pelo desígnio de interacionistas, são relações de poder (Bourdieu, 1989; 2007b). Possuem um caráter subjetivo e objetivo, isto é, praxiológico (Nogueira; Nogueira, 2009).

Ao ampliar as funções dos sistemas simbólicos com os sentidos da percepção, do pensamento e da comunicação, Bourdieu fomenta o caráter ideologizante e fundamental dos mesmos, no processo de reprodução e legitimação das hierarquias sociais, quando esses sistemas se apresentam como estruturas estruturantes, e desempenham uma função política. Aqui, a cultura dominante exerce, segundo esse autor (1971 *apud* Miceli, 2007), sua função lógica e gnosiológica de ordenação do mundo e de fixação de um consenso a seu respeito, legitimando uma ordem arbitrária.

“em termos mais precisos é porque enquanto uma estrutura estruturada ela [a cultura] reproduz de forma transfigurada, e, portanto, irreconhecível, a estrutura das relações socioeconômicas prevaletentes que, enquanto uma estrutura estruturante (como uma problemática), a cultura produz uma re-presentação do mundo social imediatamente ajustada à estrutura das relações socioeconômicas que doravante passam a ser percebidas como naturais e, destarte, passam a contribuir para a conservação simbólica das relações de força vigentes (Bourdieu, 1971 *apud* Miceli, 2007: 12).

Miceli (2007) analisa que toda relação de sentido é referida e determinada por um sistema de relação, e que, na sua obra, Bourdieu busca aliar a organização interna do campo simbólico – “[...] possibilidade de ordenar o mundo natural e social através de discursos, mensagens e representações que não passam de alegorias que simulam a estrutura real de relações sociais [...]”, – à sua função ideológica e política que legitimam “[...] uma ordem arbitrária em que se funda o sistema de dominação vigente” (p.14).

Se, para Marx, a consciência é produzida pelas condições objetivas de existência – intrinsecamente ligadas à forma como o homem produz essa existên-

cia – para Bourdieu, tais condições encontram-se determinadas pela ação dos sistemas simbólicos, a partir das funções comunicativas e ideológicas.

Esse processo de produção simbólica implica violência simbólica pelo seu “[...] poder de impor – e mesmo de inculcar – instrumentos de conhecimento e de expressão (taxionomias) arbitrários – embora ignorados como tal – da realidade social” (Bourdieu, 1989: 12). Assim, os sistemas simbólicos são formas arbitrárias de percepção e representação da realidade (Nogueira; Nogueira, 2009).

Arbitrárias porque, produzidas, particularizadas e impostas por uma classe, grupo ou campo, apresentam-se como naturais e universais, legitimando a hierarquia da dominação que define o mundo social: o que é válido e o que não é; o que é legítimo e o que não é; a quem cabe cada papel e cada função social. A arbitrariedade de um sistema reside no fato de o mesmo não ser reconhecido como tal, apresentar-se aos outros como natural, legítimo, ignorado como arbitrário.

O poder simbólico é irreconhecível, dissimulado, eufemizado. “O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou a de subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras” (Bourdieu 1989: 15), mas sim do próprio sistema que as gerou. O poder simbólico transubstancia as “[...] relações de força fazendo ignorar-reconhecer a violência que elas encerram objetivamente e transformando-as assim em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia” (Bourdieu, 1989: 15).

Miceli (2007) nos lembra que a noção de arbitrariedade dos sistemas simbólicos, em Bourdieu, não

“deve ser confundida com a ideia de gratuidade, uma vez que um determinado sistema simbólico é sociologicamente necessário porque deriva sua existência das condições sociais de que é o produto, e sua inteligibilidade da coerência e das funções da estrutura das relações significantes que o constitui” (p.26)

A imposição simbólica derivada de tal processo, ocasionada pelo “[...] poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força [...]” (Bourdieu, 1989:14), traduz-se em violência simbólica “[...] imposição da cultura (arbitrário cultural) de um grupo como a verdadeira ou a única forma cultural existente” (Nogueira; Nogueira, 2009: 33). Através desse processo, os dominados tendem a apresentar dois tipos de comportamento: reconhecem a superioridade da cultura dominante e buscam se aproximar ou se converter a ela, ou se contrapõem à hierarquia cultural dominante, objetivando reverter a posição ocupada por esta cultura, ação esta impossível, segundo Bourdieu (Nogueira; Nogueira, 2009), mas que, por vezes, vem se materializado na realidade.

As crenças encarnam a violência simbólica, radicadas no desconhecimento, superadas apenas pelo desenvolvimento do pensamento crítico e pela conscientização dos sujeitos do caráter arbitrário das mesmas. Aliás, a arbitrariedade é a essência constitutiva das crenças.

A violência simbólica envolve

“o desconhecimento da dominação como tal [...]. Os dominados jamais entenderiam as origens e a condição de sua dominação. Apenas os intelectuais (ou pelo menos alguns deles) teriam acesso aos segredos escondidos da sociedade e da dominação sobre a qual ela jaz; ao passo que os indivíduos submetidos estariam cegos e surdos por sua submissão” (Burawoy, 2010: 16).

Esse processo jamais poderia se dá por uso da força física, “[...] da manipulação autoritária ou populista que é uma prática inútil e perigosa [...]” (Burawoy, 2010: 16). Ele se instaura pela sutileza da inculcação ideológica, que é dissimulada, mistificada, apresentada como natural e não produzida, e, portanto, não reconhecida como tal.

Burawoy (2010) nos esclarece que:

“o poder simbólico de um produto cultural reside justamente na autonomia usufruída por seus campos de produção – autonomia necessária para que a distinção conferida por seu consumo seja vista como algo naturalizado e desconectado das condições econômicas e dos fundamentos de classes social” (p.36).

A hierarquização do mundo social – nascente de disputas – concede aos bens culturais distintivos que denotam poder e prestígio. Ao possuírem os bens de prestígio – aqueles que traduzem transfiguradamente o universo dos dominantes – os sujeitos passam a ter a posse de capitais, o que lhes confere poder, vantagens e posicionamento social. A posição social do indivíduo é determinada pelo seu volume e variedade de recursos (do berço à trajetória social) (Nogueira; Nogueira, 2009). Ou seja, é a posse de capitais que determina a posição do sujeito no campo.

Nessa perspectiva, “o capital [...] é mais uma relação entre capitalistas do que uma relação entre capitalistas e trabalhadores” (Burawoy, 2010: 37), dado que esses não têm consciência da sua dominação. Na perspectiva bourdieusiana, as classes dominadas não têm condições de aspirar a uma mudança de classe, porque não têm a dimensão da sua condição de dominados, o que os impede de terem disposições e aspirações revolucionárias, como pregam os marxistas (Burawoy, 2010).

Os sistemas simbólicos encontram-se fundados no campo – conceito primordial em Bourdieu, que congrega aspectos sociais e econômicos – entendido como espaço das relações sociais, onde se dão a produção, o consumo e a classificação dos bens. Bourdieu (2008) também compartilha da ideia de que consumos diferenciados expressam distinção entre classes sociais. Para este autor (2008), é possível mapear o espaço social através do gosto alegado pelos indivíduos, porque à hierarquia socialmente reconhecida das artes e, no interior delas, dos gêneros, estilos e épocas, corresponde a hierarquia social dos consumidores. Por isso, o gosto e estilo são marcadores privilegiados de classe e desempenham a função social de legitimação das diferenças sociais. Uma contraposição de tomadas de posição estéticas revela diferenças sociais (Sá, 2011; 2012).

Destarte, no âmbito do *campo*, grupos ou especialistas produzem e se apropriam dos sistemas simbólicos de acordo com interesses particularistas de classes. Neste sentido, as ideologias são sempre multi-determinadas: pelos interesses de classes ou das frações de classes que representam, pelos interesses de quem as produz, e pela lógica do campo de produção (Bourdieu, 1989). Essa

perspectiva, para Bourdieu, evita a unilateralização empirista ou idealista sobre as mesmas.

O campo é permeado pelas disputas de poder entre os que ocupam posições dominantes e posições inferiores. Aliás, “[...] a estrutura social se define em função do modo como se distribuem, em dada sociedade, diferentes formas de poder, ou seja, diferentes tipos de capital” (Nogueira; Nogueira, 2009: 41).

Para Bourdieu (2007b: 36), em todo campo se estabelecem polarizações entre “[...] instituições ou agentes que ocupam posições opostas na estrutura da distribuição do capital específico”. Daí o mesmo considerar o campo como espaço de disputas pela posse e concentração de capitais.

Em um campo, trava-se principalmente uma “[...] batalha ideológica, expressão da luta de classes e do processo prevaLENcente de dominação” (Miceli, 2007: 25), e cada campo é composto por um tipo específico de capital: o econômico, o cultural, o político etc, passíveis de se converterem uns nos outros (Bourdieu, 2007a). Esses capitais, e todo o seu processo distributivo, afetam a estrutura do campo, o que nos leva a supor que a estrutura de um campo depende da concentração e do tipo de capital que os seus sujeitos possuem.

Referenciando-se em aspectos do sistema teórico de Bourdieu, sobretudo nos conceitos de sistemas simbólicos e campo, abordaremos, na seção que se segue, a ambivalência das políticas sociais contemporâneas.

Políticas sociais e poder: a regulação social

Na interpretação do conceito de regulação, Barroso (2003: 728) afirma que esta é constitutiva de “[...] qualquer sistema e tem por principal função assegurar o equilíbrio, a coerência, mas também a transformação desse mesmo sistema”. Assim, orientaria o “[...] funcionamento do sistema, mas também o (re)ajustamento da diversidade de ações dos atores em função dessas mesmas regras” (Barroso, 2003: 731). O amálgama da pluralidade de fontes, finalidades e modalidades de regulação decorreria da diversidade de posições, interesses, e estratégias dos atores sociais envolvidos. Portanto, a regulação é constitutiva de “[...] qualquer sistema e tem por principal função assegurar o equilíbrio, a coe-

IDALICE RIBEIRO SILVA LIMA - MARIA VIEIRA SILVA - ÚRSULA ADELAIDE DE LÉLIS
rência, mas também a transformação desse mesmo sistema” (Barroso, 2003:
733).

“A diversidade de fontes e modos de regulação faz com que a coordenação, equilíbrio ou transformação do funcionamento do sistema educativo resultem mais da interação dos vários dispositivos reguladores do que da aplicação linear de normas, regras e orientações oriundas do poder político. Por isso, mais do que falar de regulação seria melhor falar de “multi-regulação”, já que as acções que garantem o funcionamento do sistema [...] são determinadas por um feixe de dispositivos reguladores que muitas vezes se anulam entre si, ou pelo menos, relativizam a relação causal entre princípios, objetivos, processos e resultados. Os ajustamentos e reajustamentos a que estes processos de regulação dão lugar não resultam de um qualquer imperativo (político, ideológico, ético) definido *a priori*, mas sim dos interesses, estratégias e lógicas de ação de diferentes grupos de actores, por meio de processos de confrontação, negociação e recomposição de objetivos e poderes” (p. 734).

Da perspectiva do autor (2003), seria possível fazer a síntese ou superar os conflitos entre os processos de regulação existentes. Isto porque os diferentes atores sociais seriam os “nós da rede” na tessitura da regulação do sistema (e seus resultados), urdida com os fios da complexidade e da imprevisibilidade, as quais dificultam alguma determinação – ou “um mínimo de segurança e de certeza” – na “direção que ele vai tomar” e “tornam bastante improvável o sucesso de qualquer estratégia de transformação baseada num processo normativo de mudança, como são as reformas” (Barroso, 2003: 735). Trata-se de um problema que também envolve a própria regulação das políticas sociais.

Desigualdade, injustiça social, precarização de recursos e pobreza constituem as bases que justificam a elaboração das políticas sociais, destinadas ao atendimento de parcelas da sociedade que não têm acesso a determinados bens e serviços, isto é, encontram-se alijadas das condições necessárias à participação na vida social. Temos como pressuposto que as políticas sociais, elaboradas e implementadas sob a égide das relações capitalistas, são constituintes e constituídas de sistemas que vinculam e fomentam a lógica da desigualdade mediante a violência simbólica. À primeira vista, tal assertiva poderá produzir algumas perplexidades uma vez que, historicamente, as políticas sociais são tidas como elementos fundamentais para a garantia da propalada cidadania. No entanto, um

olhar mais atento nos conduz a indagações sobre os dispositivos que alimentam e fomentam as relações de poder presentes nos princípios e práticas das políticas sociais.

Pressupomos as políticas sociais como ações de cunho estatal ou não, com características públicas, que visam amparar sujeitos alijados dos bens essenciais à sobrevivência, a fim de manter a força de trabalho necessária ao desenvolvimento do capital. Assim, tais ações congregam-se como modelo de resposta às intempéries do capitalismo (que exclui diversas categorias do usufruto dos bens e serviços básicos à sobrevivência), ao mesmo tempo que fomentam tal modelo por propagar as desigualdades necessárias à reprodução do sistema de produção e acumulação do capital.

Entendidas sob essa ótica, as políticas sociais desenvolvem ações próprias dos sistemas simbólicos, constituindo-se como base de poder, com propósitos de dissimulação de hierarquias sociais em simbólicas e legitimação dessas mesmas hierarquias. Exercem, portanto, funções de conhecimento, comunicação e ideologia.

Um sistema simbólico é necessário porque produzido pelas condições sociais. No caso das políticas sociais, ao se apresentarem como instrumentos para a igualdade social, melhoria do bem-estar e igualdade de oportunidades (Faleiros, 2009), tais políticas atendem, sagazmente, à coerência e à estrutura das relações sociais que as produziram. Dessa forma, elas são sempre funcionais à estrutura social de onde nascem, atendendo-a pronta e plenamente.

Dessa forma, apresentam o poder de estruturar pensamentos e comportamentos sociais, imprimindo nos sujeitos, através de suas estratégias mínimas de distribuição de bens e serviços, a dependência permanente por tal procedimento. Assim, mantém esses sujeitos sob sua guarda e gestão.

Tal fato se dá porque, no contexto do capitalismo de orientação neoliberal, as políticas sociais ganham um cunho assistencialista, cumprem o papel de reproduzir as diferenças sociais e legitimá-las, sem, contudo, deixar transparecer tal função. Apresentadas como políticas para o resgate da dignidade humana,

elas mantêm os sujeitos aliados do controle dos processos de produção e usufruto de bens e serviços na posição de dominados.

Behring (2007: 24) analisa que, realizadas por esse viés, tais políticas são inférteis do ponto de vista da realização social, dado que "é irrealizável todo conjunto de 'soluções' para a questão da desigualdade, que remetam apenas às esferas da distribuição e do consumo, diga-se da circulação, quando a chave do problema está na produção".

As políticas sociais vão para além da perspectiva redistributiva – caráter assistencialista de distribuição de bens e serviços mínimos – porque produzem mecanismos de controle e estruturação do pensamento e das ações, revelando o potencial simbólico das mesmas, o que as possibilita incidir diretamente sobre a construção do sentido de mundo, de sociedade, legitimando crenças e colaborando sobre a reprodução das hierarquias sociais.

Revestidas de tal poder, as políticas sociais atendem às funções de conhecimento, comunicação e ideologia por engendram naturezas constitutivas de ordem social, econômica e política que as sustentam e lhes atribuem sentidos.

Ao produzirem ações de controle e estruturação do pensamento, tais políticas afirmam como natural a hierarquização da sociedade, e distinguem o que cabe a um e outro nessa classificação. Sustentando-se no discurso da igualdade e do bem comum, legitimam a ordem produzida que determina que a alguns cabe o acesso irrestrito aos bens e serviços construídos socialmente. A outros, a dependência à oferta parcial a tais bens, não porque resultado da disputa entre os sujeitos, mas sim por ordem natural da sociedade.

Bourdieu (1989) enfatiza que a definição dominante do que cabe a um ou a outro, na sociedade, é um dos mecanismos ideológicos que mistifica o que seria próprio a cada sujeito na ordem social, através da inculcação ideológica, realizada imperceptivelmente pelos sistemas simbólicos.

Estabelece-se, assim, a ordem social, negando que o discurso da igualdade e do acesso universal a bens e serviços – propalado pelas políticas sociais – na realidade, apresenta-se extremamente parcial e focalizado, dado que tais políticas se fundamentam em critérios de exclusão, pobreza, desigualdade, incapacidade

de gerar renda e sustento por si próprio, enfim, sobre critérios de negatividade da cidadania.

A função ideológica ensejada pelas políticas sociais é extremamente eficaz sob a lógica segregadora do capital, posto que apresentam as diferenças de poder e distribuição do poder que permeiam o campo societário como diferenças de capacidade, mérito, sorte, conhecimento. E o que se apresenta como defesa e possibilidade de constituir-se como condição para uma vida digna serve para legitimar a hierarquia social construída.

Assim, desenvolvendo-se de forma parcial e focalizada – simulando um atendimento assistencial, de caráter temporário, mas que na verdade caracteriza-se como assistencialista –, as políticas sociais tendem a perpetuar o *status quo* dos sujeitos sob o seu jugo, reproduzindo as hierarquias sociais. Destarte, tais hierarquias apresentam-se perante a sociedade de maneira eufemizada como simbólicas, legitimando e justificando as diferenças sociais.

No campo das políticas sociais, as disputas organizam-se em torno da consubstanciação dos direitos, ou melhor, em torno da remediação dos direitos não garantidos pelas ordens social, econômica, educacional e política. Envolto pela mística da dominação simbólica, tais direitos transformam-se em benefícios, colocando os sujeitos em situação de dependência dos atos benevolentes da doação, da ajuda, e do auxílio parciais.

O caráter simbólico das políticas sociais, acomodadoras da situação de exclusão e pobreza, impede que os sujeitos percebam que tal situação lhes é imposta pela própria estrutura social, e que grande parcela dessas políticas menospreza estratégias de desenvolvimento local, geração de renda, educação, melhoria dos serviços públicos, que poderiam realmente reverter essa situação.

Bourdieu (2007b: 38) defende que essa é uma relação ingênua que se estabelece entre o sujeito e o capital simbólico, que somente poderia ser revertida se esse sujeito conseguisse “[...] apreender como tal a estrutura objetiva que comanda essas disposições”, fato que ele desconsidera que possa acontecer, já que o senso comum é sempre o mau senso no mau sentido.

A surdez e a cegueira às quais estão submetidos os dominados – resultantes da dominação simbólica – conforme nos esclarece Burawoy (2010), impedem-nos de perceber que as promessas, desígnios, intenções e objetivos elencados nos textos das políticas sociais não são fomentadores de inclusão social, que muito mais do que assistência ou assistencialismo, exige inserção laboral e supremacia da cidadania.

As políticas sociais nascem no contexto anunciado da defesa da cidadania para dizimar as desigualdades geradas pelo desenho societário resultante das orientações neoliberais para as sociedades capitalistas. Empreendendo ações que, em tese, deveriam (re)conduzir os sujeitos sob sua tutela à vida social plena, grande parte das políticas sociais, nesse âmbito, apresenta-se como mecanismos de controle e regulação do processo social.

Para cumprirem tal intento, elas desempenham papéis de comunicação, conhecimento e ideologia, reproduzindo as desigualdades sociais e organizando as percepções que os sujeitos têm da realidade. Tal empreendimento só lhes é possível graças ao poder simbólico que emanam e lhes capacita para incidirem sobre a construção da sociedade e sobre o sentido de mundo.

Ao exercerem poder simbólico, as políticas sociais desempenham funções de censura e arbítrio e determinam papéis nas regras do jogo social. Com efeito, as políticas sociais, sob o prisma do poder simbólico, tendem a se efetivar enquanto instrumentos por excelência da integração social da “massa sobrança”, por meio do consenso e contribuindo fundamentalmente para a reprodução da ordem social de forma tácita e imperceptível. Com efeito, tendo como referência a dinâmica do poder simbólico, as políticas sociais podem contribuir para corroborar a lógica da integração fictícia da sociedade daqueles que estão em situação de pauperismo. De forma “quase mágica”, o poder simbólico permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força física ou econômica, intensificando os mecanismos coercitivos por meio do estabelecimento da desmobilização, uma vez que tal estratégia de poder se constitui pelo poder de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo, impondo-se como legítimo.

O desvendamento de questões e problemas vividos pelo indivíduo comum na sociedade é uma das importantes contribuições das políticas sociais para a sociedade no sentido do que podem e devem influenciar. Assegurar essa prerrogativa é empreender esforços conjuntos com vistas ao estabelecimento de novos cenários, objetivando-se a superação das irracionalidades que se fazem sentir nesse modo de pensar e implementar as políticas sociais.

Considerações Finais

As políticas sociais nascem no contexto anunciado da defesa da cidadania para dizimar as desigualdades geradas pelo desenho societário resultante das orientações neoliberais para as sociedades capitalistas.

Empreendendo ações que, em tese, deveriam (re)conduzir os sujeitos sob sua tutela à vida social plena, grande parte das políticas sociais, nesse âmbito, apresenta-se como mecanismos de controle e dispositivos que visam processos de classificação, hierarquização e distribuição dos bens produzidos, na sociedade, apresentando as diferenças de poder como diferenças de competência, capacidade, mérito, sorte e conhecimento.

Para cumprirem tal intento, elas desempenham papéis de comunicação, conhecimento e ideologia, reproduzindo as desigualdades sociais e organizando as percepções que os sujeitos têm da realidade. Tal empreendimento só lhes é possível graças ao poder simbólico que emanam e lhes capacita para incidirem sobre a construção da sociedade e sobre o sentido de mundo.

Ao exercerem poder simbólico, as políticas sociais desempenham papéis de censura, de arbítrio, ao determinar o que cabe a cada um na estrutura social, discriminada e imperceptivelmente.

Recibido: 11/11/2012

Aceptado: 27/02/2013

Bibliografía

- BARROSO, J. (2003) O estado, a educação e a regulação das políticas públicas. *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 725-751. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 24 abr.
- BEHRING, E. R. (2007) *Política social no capitalismo tardio*. 3.ed. Cortez, São Paulo.

- BOURDIEU, P. (1989) *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil. Difel, Lisboa. (Coleção Memória e Sociedade).
- _____ (2007) *A economia das trocas simbólicas*. 6.ed. 1.reimp. Perspectiva, São Paulo.
- _____ (2007b) Método científico e a hierarquia dos objetos. In: NOGUEIRA, M^a Alice; CATANI, Antônio (Org.). *Escritos de Educação*. 9.ed. Vozes, Petrópolis.
- _____ (2008) *A distinção: crítica social do julgamento*. Tradução de Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. Edusp, São Paulo; Zou, Porto Alegre.
- BURAWOY, M. (2010) *O marxismo encontra Bourdieu*. Unicamp, Campinas.
- FALEIROS, V. de P. (2009) *A política social do Estado capitalista*. 12.ed. Cortez, São Paulo.
- MICELI, S. (2007) "Introdução: a força do sentido". In: Bourdieu, P. *A economia das trocas simbólicas*. 1. reimp. 6. ed. Perspectiva, São Paulo.
- NOGUEIRA, M^a A.; NOGUEIRA, C.M.M. (2009) *Bourdieu e a educação*. 3.ed. Autêntica, Belo Horizonte. (Coleção Pensadores e Educação, v. 4).
- SÁ, T.A. de O. (2011) O professor e a reprodução de desigualdades sociais: uma leitura de Pierre Bourdieu. *Revista Triângulo*. v. 4, n. 1, p. 01-16, jul./dez. 2011. ISSN: 2175-1609. Uberaba, 2011. Disponível em:
<http://www.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/revistatriangulo>
- _____ (2012) *Não só o morro foi feito de samba: consumo, comunicação e apropriação cultural*. VI Encontro Nacional de Estudos do Consumo. II Encontro Luso-Brasileiro de Estudos do Consumo. Vida Sustentável: práticas cotidianas de consumo. 12 a 14 de Set/2012. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em:
<http://www.sisgeenco.com.br/sistema/enec/enec2012/ARQUIVOS/GT6-56-25-20120813160803.pdf>